

Resenhas

OS AGENTES DE PODER NA URBE ROMANA

Junio Cesar Rodrigues Lima¹

Segundo Norbert Rouland², o passado não pode ser confundido com aquilo que está definitivamente encerrado. Nele podem ser encontrados as raízes da sociedade e os movimentos de longo prazo que conduziram as comunidades humanas ao seu destino atual. Partindo desse pressuposto, Rouland defende “um retorno à época em que foram engendradas as infraestruturas dos temas cardiais que ainda hoje norteiam o conceito de homem urbano” (ROULAND, 1997, P. 15), ou seja, uma análise das origens da civilização ocidental, considerando os valores do mundo greco-romano (séculos V ao I a. C.), a fim de demonstrar as similaridades entre o pensamento do cidadão da Roma antiga e o homem ocidental contemporâneo (ROULAND, 1997, P. 15).

¹ Historiador e teólogo. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade – UERJ, faz parte da linha de pesquisa CNPq "Discurso, Narrativa e Representação". Integra também o grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar da UFF - NEHMAAT, fazendo parte da linha de pesquisa CNPq "Cultura, Economia, Sociedade e Relações de Poder na Antiguidade e na Idade Média" e, ainda, "Usos do Passado no Mundo Moderno e Contemporâneo". Professor de Estudos Romanos no Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ. Especialista nas obras de Flávio Josefo com ênfase nas relações socioculturais entre romanos judeus no século I d. C. Atualmente desenvolve pesquisa sobre “Política, cultura e espaço sagrado na cidade de Cesareia: uma análise do projeto urbanístico de Herodes Magno no século I d. C.”.

² Dr. Norbert Rouland, nascido em 1948, professor-assistente da Universidade de Aix-Marseille III, leciona História do Direito e dos Fatos Sociais. Sua tese de doutorado tratou das relações de clientela na Roma antiga. É antropólogo, conferencista na Ecole des Hautes Etudes em Science Sociales e autor de diversas obras, como: “Nos Confins do Direito: antropologia jurídica da modernidade” (2003), “Direito das Minorias e dos Povos Autóctones” (1999), “Os Escravos Romanos em Tempos de Guerra” (1977), “Antropologia Jurídica” (1994), “Soleils barbares: roman” (1987), “Pouvoir politique et dépendance personnelle dans l'antiquité romaine” (1979), dentre outras.

O autor, em sua obra “Roma: democracia impossível?” problematiza os agentes de poder na *Urbe* romana e questiona se as superstições novas que substituíram as do passado modificaram essencialmente o homem de hoje a ponto de tornar inacessível ou incompreensível o homem do passado. Para ele, a história conduz à constatação da identidade do homem, pois existe uma comunhão de destino, interrogações, fortunas e desgraças entre nós e os que nos precederam. Entretanto, ao se debruçar sobre a seu objeto de análise, o historiador não pode desvalorizar as diferenças de tempo e espaço – “O estudo do passado [...] nos permite assim compreender melhor, e respeitar, os homens que nos cercam” (ROULAND, 1997, P. 16).

Esse entendimento conduz a utilização do diálogo entre a Etnologia, Arqueologia, Sociologia e Antropologia a serviço de um história mais abrangente, fazendo o que Norbert Rouland chama de “entrecruzamento do passado com o presente” (ROULAND, 1997, P. 16). Entretanto, tamanha diversidade poderá levar o historiador a um estudo ininterrupto e demasiadamente abrangente, por isso, é fundamental escolha de um tema norteador. Rouland então delimita o seu objeto de estudo ao desenvolvimento da democracia. Segundo ele, tal regime nunca existiu em Roma. Em contrapartida, a pesquisa sobre as lutas políticas e sociais, bem como, sobre os agentes de poder nas origens da civilização ocidental acarretarão na compreensão da infraestrutura social e política do ocidente contemporâneo.

Assim sendo, Norbert Rouland trata dos seguintes problemas: Em algum momento da história existiu a possibilidade de Roma adotar a democracia? O entendimento de democracia na antiguidade é o mesmo contemporâneo? Roma conheceu a democracia ateniense? Existiu algum tipo de possibilidade de implantação da democracia durante o desenvolvimento da *Urbe*? Por que Roma jamais adotou o regime democrático? Qual foi a alternativa romana contra a democracia? Existem relações entre a democracia antiga e a democracia moderna? Para resolver essas questões, Rouland adota as seguintes hipóteses norteadoras:

- A evolução das circunstâncias socioeconômicas da Roma republicana tornou possível a democracia, entretanto, os romanos não se interessaram e por vezes rejeitaram tal regime;
- Os próprios atenienses, considerados como criadores da democracia, entendiam o termo de forma diferenciada da contemporaneidade. Segundo Rouland (1997, P. 18), para se compreender democracia, é preciso recorrer à história das mentalidades, fazendo comparações entre os direitos do povo de Atenas e de Roma, focalizando na luta contra a democracia por parte das elites romanas, efetivadas nas relações de clientela;
- A Grécia, a partir do século II a. C., passa a exercer grande influência sobre o pensamento e os costumes romanos. Sabe-se que desde o século VII, a Grécia estava presente em Roma, por intermédio dos Etruscos e que toda a parte meridional da Península Itálica estava repleta de colônias gregas. Entretanto, a Grécia que os romanos conquistaram não era mais aquela das grandes Cidades Estados do tipo ateniense ou espartano, mas a das grandes monarquias helênicas, nascidas do desmembramento do Império de Alexandre, com forma de governo centrado num poder pessoal e estranha a toda ideia e tradição democrática.
- O contato romano com a democracia grega foi desenvolvido através do acesso aos escritos filosóficos (ROULAND, 1997, P. 120). Entretanto, não se pode confundir a helenização de Roma com a introdução de um regime democrático. Os patrícios não estavam dispostos a aceitar tudo que vinha da Grécia (ROULAND, 1997, P. 113-115);

Durante o desenvolvimento da Urbe podem-se destacar pelo menos cinco possibilidades de se ter iniciado a democracia. A primeira delas ocorre com as reformas de Sêrvio Túlio quando foi criada uma nova assembleia popular, a dos comícios ditos “centuriais”, a fim de participar das decisões em matéria de declaração

de guerra, na assinatura de tratados, votação das leis (ROULAND, 1997, P. 43).

A segunda ocorre quando a plebe cria instituições para garantir seus direitos junto aos patrícios, visando dar ao povo o poder de determinar o seu destino, até então impedido pelos monopólios exercidos pela aristocracia dirigente. Surge assim o “tribuno da plebe”. Entretanto, o *tribunato* constituía um colegiado onde vários tribunos exerciam suas funções simultaneamente, podendo neutralizar atos individuais. Além disso, foi criada também a *concilia plebis*, uma assembleia que viabilizava a discussão e a votação das leis plebeias (ROULAND, 1997, P. 66-67). Outra possibilidade foi a proclamação do livre acesso á justiça, viabilizando o acesso dos plebeus à magistratura (ROULAND, 1997, P. 94).

A quarta possibilidade surge da helenização de Roma. O contato com os escritos filosóficos modifica o pensamento e o comportamento de uma facção da classe política dos anos 150, conduzindo a ideia de justiça política e social. Assim ocorrem algumas tentativas de aplicar esses conceitos, como foi o caso dos irmãos Graco que iniciaram uma reforma agrária, a fim de amenizar as desigualdades e diminuir o poder dos privilegiados; e uma reforma jurídica com o intuito de tornar a justiça mais justa (ROULAND, 1997, 121-141).

A quinta possibilidade reside nos mais variados comícios criados por Roma a fim de fazer valer o sufrágio de vários segmentos da sociedade, onde até mesmo mulheres e os não-cidadãos podiam votar. A utilização do voto escrito, depois de certo período, também favorecia a democracia garantindo liberdade eleitoral (ROULAND, 1997, 211-216).

Norbert Rouland (1997, P. 215) afirma que “a despeito das reformas, cuja intenção era democrática, Roma afasta-se cada vez mais de uma solução desse tipo. “Entre os Gracos (130 a. C.) e Silas (80 a. C.), os dados já haviam sido lançados: Roma será uma monarquia imperial”. Desde a fundação da cidade, apesar das possibilidades, os patrícios repudiaram qualquer processo de democratização fazendo uma revolução

de direita e criando a República (ROULAND, 1997, P. 55). Para ele “as relações de clientela representam uma das melhores armas no combate quase sempre vitorioso que os próceres romanos dirigiam contra as tentativas de democratização da vida política” (ROULAND, 1997, 216). Associada a visão da desigualdade de direitos entre *popullus* (aristocracia patrícia) e *plêthos* (massa, população) tal relação que perpassa toda a história política romana foi utilizada para perpetuação do poder e desenvolvimento econômico dos patrícios. Roma foi Monarquia, República e Império sem adotar um regime que a lançaria politicamente nas mãos da plebe. A principal relação entre a democracia antiga e a democracia moderna ressaltada por Norbert Rouland reside na:

Permanência constante de certas funções das relações de clientela, em particular a de ser um instrumento que viabiliza a distribuição do poder e medeia a distribuição de vantagens econômicas, que emanam do poder central em direção à periferia. Segundo ele, o conceito de democracia, que os regimes parlamentares europeus herdaram de Atenas, limita-se, a dois aspectos: a maioria numérica e a crença de que os cidadãos são capazes de compreender e discernir o que é o verdadeiro interesse da coletividade, seja por si mesmo ou por intermédio de seus representantes (ROULAND, 1997, P. 450-451).

A fim de validar suas hipóteses, Rouland recorre, cita e analisa a seguinte documentação: a) documentação textual de autores gregos e latinos como Apiano (160 d.C.), Aristóteles (384 - 322 a.C.), Augusto (63 a.C. - 14 d.C.), César (101 – 44 a.C.), Cícero (106 – 43 a.C.), Dionísio de Halicarnasso (1 d.C.), Juvenal (60 – 140 d.C.), Marcial (38 – 104 d.C.), Platão (428 – 347 a.C.), Plauto (254 – 184 a. C.), Plutarco (45 – 125 d.C.), Políbio (200 – 125 a.C.), Salústio (87 – 35 a.C.), Tito Lívio (59 a.C – 17 d.C.), dentre outros; b) dados numéricos e estatísticos da época; c) iconografia da moeda de Licinius Nerva a fim de representar o sufrágio (ROULAND, 1997, P. 212).

O autor também faz inferência a autores contemporâneos como F. Brandel, Malraux, M. Meslin (1978), L. R. Manager (1972), M. Lindove (1978), P. Grimal (1979), J. C. Richard (1978), E. L. Peters (1968), J. Macqueron (1975), J. Gaudemet (1967), C. Nicolet (1976), R. T. Scott (1969), L. Ross Taylor (1969), C. Nicolet (1967), H.

C. Boren (1978), P. Veyne (1978), J. Lambert (1963), E. Deniaux (1897), E. Borneman (1979), J. K. Kampbell (1976), dentre outros, contextualizando o objeto de estudo com certos fatos sociais da França e demais países da Europa. Utiliza ainda tabelas demonstrando a organização das assembleias populares sob a república romana e dados cronológicos. Com isso, ele refuta as hipóteses de que:

- A plebe na sua totalidade não passava de uma turba de bandoleiros, vagabundos sem credo e sem lei;
- Em Roma existia apropriação familiar do trono;
- Os comícios representavam o desejo da aristocracia pastoril de compartilhar o poder com a plebe;
- Os plebeus sempre gozaram de direito a cidadania e estiveram inseridos no culto da cidade;
- As relações de clientela foram estabelecidas com o intuito de viabilizar o acesso da plebe a magistratura;
- A pressão dos patrícios sobre os plebeus se limitava ao conhecimento dos atos que são aptos a gerar direito;
- A helenização da elite romana apontava para um desejo de democracia;
- Com a criação das instituições plebéias, os patrícios ficaram em igualdade de poder com a plebe;
- O sufrágio público trabalhava a favor da democracia;
- Roma adotou o voto secreto;
- Os soldados eram movidos apenas por ideais patrióticos;
- As relações de clientela desapareceram com o fim da República;
- O estabelecimento de colônias estava associado somente à ampliação do território;

- A democracia antiga é completamente distinta da democracia moderna.

Ao estabelecer uma conexão ascendente entre a democracia moderna e a democracia antiga, Norbert Rouland, apropria-se do método de abordagem indutivo, visando constatar que aquela possui traços da democracia antiga representada na permanência das relações de clientela e no poder representativo.

Como método de procedimento, Rouland faz uso dos métodos histórico e comparativo. Ele investiga os acontecimentos, processos e as instituições ligadas à história da democracia visando verificar suas influências na sociedade atual. Rouland parte do princípio que a democracia atual tem sua origem na Antiguidade. Assim ele realiza comparações, citando em diversas oportunidades fatos sociais da Revolução Francesa, do Império Napoleônico, da Revolução Industrial, dentre alguns outros, com a finalidade de verificar semelhanças e estabelecer divergências. Ele ainda valoriza o Materialismo Histórico desenvolvido por Karl Marx demonstrando a importância dos fatos econômicos no desenvolvimento da democracia. Também demonstra compactuar com a Escola dos Anales ao ressaltar a importância do diálogo interdisciplinar para se compreender o passado, fazendo uso da Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Direito, Arqueologia, Numismática, dentre outras disciplinas. O autor ainda faz uma descrição arquitetônica da cidade associando suas construções a cosmovisão e legitimação do poder romano.

Como técnica de pesquisa, Rouland utiliza a documentação indireta enfatizando a pesquisa de procedimento documental (documentação textual) e a pesquisa de procedimento bibliográfico (documentação historiográfica), visando obter resumo de assunto. O autor utiliza todas as fontes de informação disponíveis, principalmente textos literários e jurídicos, entretanto, sua postura deixa bem claro que para ele os textos não dizem tudo, por isso, sua preocupação com o diálogo interdisciplinar. Apesar disso, Rouland tenta usar uma linguagem despojada do rigor

acadêmico apresentando um aparato científico minimizado.

Norbert Rouland conclui que, apesar das possibilidades apresentadas, Roma não adotou o regime democrático porque tal regime descentralizaria o poder das mãos da aristocracia, contrariando seus interesses. Semelhantemente, o clientelismo romano, em certo sentido presente nas sociedades contemporâneas, preservava, ampliava, particularizava e selecionava os privilégios políticos, contrariando a democracia. A rejeição da democracia foi o preço pago pela construção do Império. Segundo Rouland, não há como colocar clientelismo e democracia do mesmo lado da sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ROULAND, Norbert. **Roma, democracia impossível?** Os agentes de poder na Urbe romana. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.